

Estado do Espírito Santo

OF/PMVA/GP/ Nº 067/2024.

Em, 07 de março de 2024.

EXCELENTÍSSIMA SRA. ALESSANDRA OLGA BORGES FASSARELLA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA-ES NESTA

Respeitosamente cumprimentando-a, encaminhamos para apreciação desta Colenda Câmara o Projeto de Lei que "DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE DE AVALIAÇÃO EMERGENCIAL DE RISCO DE QUEDA DE ÁRVORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Elevamos protesto de estima e consideração, bem como nos colocamos à disposição para esclarecer eventuais dúvidas.

Atenciosamente;



ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

CNPJ 31.723.570/0001-33





Estado do Espírito Santo

PROJETO DE LEI Nº 06/2024.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE DE AVALIAÇÃO EMERGENCIAL DE RISCO DE QUEDA DE ÁRVORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO

ESPÍRITO SANTO; faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica regulamentada, por intermédio desta Lei, a atividade de Avaliação Emergencial de Risco de Queda de Árvores, buscando a segurança jurídica no exercício desta função e considerando a Lei Ordinária nº 12.651 de 25 de maio de 2012, em seu artigo 8°, § 3°; a Resolução CONAMA n° 369 de 28 de março de 2006 em seu artigo 4°

§ 3°; e a Portaria N° 544- R, de 11 de Dezembro de 2021.

Art. 2º São objetivos desta Lei:

I - Delimitar o exato escopo das intervenções da Coordenadoria Municipal de Proteção
 Defesa Civil

 II - Disciplinar a Autorização de corte de árvores emergenciais e não emergenciais realizados pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil

III - Buscar um equilíbrio entre a preservação ambiental e a busca pela segurança urbana.

Art. 3º Para fins desta norma consideram-se os seguintes conceitos:

I - Árvore em Risco Iminente: para fins de avaliação de Defesa Civil em espécie arbórea é o indivíduo arbóreo que por sua localização e condições físicas tem riscos reais de queda em situação de normalidade, tendo como possível alvo de atingimento habitação, estrutura ocupada ou estradas e rodovias.

II - Riscos de queda: risco de queda baseado em constatações visuais de critérios que

CNPJ 31.723.570/0001-33





Estado do Espírito Santo

indicam a má saúde do indivíduo arbóreo, ou alterações no local. Estes riscos incluem a formação de taludes por movimento de massa na base do indivíduo, presença significativa e

visível de cupins, sobrecarga de plantas parasitas, sinais claros de apodrecimento, presença

abundante de cogumelos, entre outros.

III - Risco de atingimento: quando a distância entre a árvore e o alvo é menor ou igual à

altura da árvore e sua copa. O risco de atingimento não significa risco de queda.

IV - Definição de intervenção de Defesa Civil: intervenção em vegetação nativa ou não,

realizada com recursos públicos ou privados, em propriedade pública ou privada, por

determinação ou com autorização do Órgão de Defesa Civil, de forma a mitigar, anular ou evitar

o agravamento de um risco relevante e Iminente causando o menor impacto ambiental possível.

V - Emergência: situação grave, perigosa, momento crítico ou fortuito.

VI - Corte de árvores não emergenciais ou Corte preventivo: árvores ou galhos que

podem ocasionar danos se porventura vierem a cair ou quebrar por algum fator externo, no

entanto, possibilita tempo hábil para que o solicitante providencie os meios necessários para

execução do corte.

VII - Poda emergencial: é o corte de parte dos ramos de um espécime vegetal de forma a

mitigar riscos que este oferece.

VIII - Corte emergencial: é o corte da base do tronco de uma árvore, que apresenta

Risco de queda, como forma a mitigar riscos que este oferece.

Art. 3° A situação de corte de árvore emergencial é caracterizada por árvores caídas, ou

com risco aparente de queda iminente, sobre pessoas, animais, residências, estabelecimentos,

veículos e outros bens, bem como por aquelas que ao caírem, devido intempéries climáticas,

causem obstrução de vias públicas.

§ 1º A situação emergencial possui a premissa de atender socorro à vida, demanda em

que há possibilidade de prejuízo iminente ao bem material com necessidade de intervenção

imediata não prorrogável ou que cause transtornos ao deslocamento de veículos e pessoas em

vias públicas.

CNPJ 31.723.570/0001-33

Rua Zildio Moschen, 22, Centro - Vargem Alta - Espírito Santo- Telefones: (28) 3528-1900

CEP: 29295-000



Estado do Espírito Santo

- § 2º A situação emergencial será constatada após vistoria técnica da Defesa Civil no local, de acordo com os critérios descritos no Art 6º e, após isso, caso haja necessidade, será emitido o Relatório Técnico de Vistoria de Risco de Queda e Árvore junto com a autorização de corte ou poda, visando sempre sanar a emergência.
- § 4º Quaisquer outros tipos de cortes de árvores que não se enquadrem nas características descritas no caput do artigo, são definidos como cortes não emergenciais.
- § 5º O risco aparente de queda descrito no caput deverá ser justificado por meio Relatório de Vistoria.
- **Art. 5**° A realização da intervenção é de responsabilidade do proprietário do imóvel onde se situa a árvore, se público o terreno deve o Município realizar a intervenção.
- § 1º Quando localizada a árvore que gera risco a imóvel em terreno público extremante, a responsabilidade pela intervenção é do poder público.
- § 2º Tendo meios para realizar com segurança, pode o particular ser autorizado a intervir com pessoal qualificado, sem possibilidade de ressarcimento pelo erário público.
- §3º Os danos com telhas e outros materiais são de responsabilidade do solicitante do corte.
- **§4º** Na hipótese da árvore estar localizada em proximidade da rede de energia elétrica, deverá o interessado comunicar a concessionária responsável, a respeito da remoção, bem como solicitar o apoio desta, junto à intervenção.
- §5º Para solicitação de corte ou poda emergencial ou corte preventivo de árvores na rodovia, a solicitação deve ser feita junto ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espirito Santo DER/ES.
- **Art.** 6° Se houver risco de atingimento ao alvo, deverão ser observadas as æguintes condições:
 - I Galhos visivelmente mortos, sem comprometimento do resto da planta; II -

Galhos projetados sobre residência ou rede de energia elétrica;

CNPJ 31.723.570/0001-33





Estado do Espírito Santo

III - Ramos com presença de rachaduras ou danos aparentes.IV -

Apodrecimento significativo do tronco e raízes;

V - Oco ocupando a maior parte da circunferência; VI -

Rachadura ou dano mecânico profundos;

VII - Árvore inclinada com sinais de alavancamento recente das raízes, ou comsinal de

rachadura ou quebra devido à inclinação;

VIII - Raízes constritoras de outra árvore sobre parte superior do tronco,

comprometendo drasticamente o equilíbrio;

IX - Ocorrência de movimento de massa recente que comprometa a sustentaçãoda

árvore:

X - Árvore visivelmente morta.

Parágrafo único. As recomendações de poda ou corte emergencial serão atestadas em

Relatório de Vistoria elaborado pela Defesa Civil, com evidências fotográficas que comprovem os

riscos.

Art. 7º A solicitação de vistoria será realizada por meio de protocolo, assinada pelo

proprietário do terreno, sendo necessária a apresentação do documento com foto, CPF,

comprovante de residência, matrícula do imóvel ou documento que ateste a posse, limitando-se a

quantidade máxima de corte autorizada em até 05 (cinco) indivíduos arbóreos.

§ 1º Após a emissão de laudo de vistoria e autorização de corte ou poda emergencial, o

solicitante deve doar a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil 2 (duas) mudas de

ipê 1,5 m para compensação ambiental.

§ 2º O requerente terá o prazo 10 (dez) dias para retirar a via do Relatório e entregar as

mudas de ipê, após esse período, o referido laudo perderá a validade.

§ 3º Caso a árvore em situação de risco esteja localizada em imóvel de terceiro, e em

situação que envolva a segurança pública, o proprietário do imóvel será notificado pela Defesa

CNPJ 31.723.570/0001-33

Rua Zildio Moschen, 22, Centro - Vargem Alta - Espírito Santo- Telefones: (28) 3528-1900

CEP: 29295-000



Estado do Espírito Santo

Civil, tendo um prazo de 05 (cinco) dias para realizar a Poda ou Corte.

§ 6º Na possibilidade do proprietário, possuidor ou responsável pelo imóvel, for notificado e não adotar as medidas cabíveis dentro do prazo legal fixado será aplicado uma multa de \$300,00 (trezentos reais) para o FUMPDEC.

§5º Caso o proprietário não possa ser localizado e se localizado permaneça omisso, pode o Município, no exercício de seu Poder de Polícia, intervir na propriedade para, em caso de risco, realizar a poda ou corte da árvore.

§ 6º Quando se tratar de área privada, o requerente fica responsável pela limpeza do local em decorrência da execução do serviço, devendo destinar os resíduos de forma ambientalmente adequada.

Art. 8º O material lenhoso oriundo do corte não poderá ser comercializado e nem transportado, visto a ausência de Autorização de Corte - AuC e por conseguinte do Documento de Origem Florestal - DOF.

Art. 9º Caso seja constatado que as árvores não ofereçam risco iminente e, havendo interesse na remoção total, o proprietário deverá realizar a solicitação junto ao órgão ambiental competente Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo - IDAF, Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA e Corpo de Bombeiros.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.11 Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 07 de março de 2024.

ASSNADO DIGITALMENTE

ELIESER RABELLO

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em: http://serpro.gov.br/assinado-digital

ELIESER RABELLO

Prefeito Municipal

CNPJ 31.723.570/0001-33





Estado do Espírito Santo

MENSAGEM

EXCELENTÍSSIMA E EXCELENTÍSSIMOS SENHORA **PRESIDENTE** SENHORES VEREADORES.

Encaminhamos à Vossa Excelência e, por seu intermédio, aos ilustres Pares na Câmara Municipal, o apenso Projeto de Lei que "DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE DE AVALIAÇÃO EMERGENCIAL DE RISCO DE QUEDA DE ÁRVORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O presente Projeto de Lei tem por objetivo regulamentar a atividade de Avaliação Emergencial de Risco de Queda de Árvores, buscando a segurança jurídica no exercício desta função, já que não existe norma, em âmbito municipal, sobre a atuação da defesa civil nesses casos.

Diante do exposto, Senhora Presidente, submetemos o presente Projeto de Lei à consideração de Vossa Excelência e nobres Edis, esperando que o mesmo venha a merecer uma acolhida favorável.

Vargem Alta-ES, 07 de março de 2024.



ELIESER RABELLO

Prefeito Municipal



CNPJ 31.723.570/0001-33

Rua Zildio Moschen, 22, Centro - Vargem Alta - Espírito Santo- Telefones: (28) 3528-1900

CEP: 29295-000

